



Fundação Dom Aguirre

CNPJ nº 71.487.094/0001-13

Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

Table with columns for Balanços Patrimoniais - Ativo Circulante, Balanços Patrimoniais - Passivo Circulante, and Demonstração do Resultado. Includes rows for Caixa e equivalentes, Salários, Receitas, and Despesas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras 1. Contexto Operacional: Fundação Dom Aguirre, localizada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, é uma Entidade Educacional sem fins lucrativos...

Table showing Custo and Amortização Acumulada for various assets like Marcas e patentes, Sistemas e softwares, etc.

Table showing Receitas (Despesas) Operacionais and Resultados Operacionais, including Salários, Despesas, and Receitas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira...

Table showing Movimentação do Imobilizado with columns for Descrição, Taxa Anual, Saldo, and Ajustes.

Table showing Resultados Operacionais and Superávit/(déficit) do exercício.

3. Aplicações Financeiras sem Restrição Circulante: Aplicações em fundos de investimentos. Não Circulante: Aplicações em fundos de investimentos.

Table showing Custo Terrenos and Edificações for various locations like Sorocaba, etc.

Table showing Receitas/(Despesas) Operacionais and Resultados Operacionais.

4. Contas a Receber - Ativo Circulante: Mensalidades UNISO, Crédito Emergencial UNISO, Mensalidades Negociadas - UNISO.

Table showing Depreciação Acumulada for Edificações and Equipamentos.

Table showing Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

5. Ativos Intangíveis: Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Table showing Depreciação Acumulada for Equipamentos and Veículos.

Table showing Demonstração do Fluxo de Caixa.

6. Ativos Intangíveis: Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Table showing Depreciação Acumulada for Equipamentos and Veículos.

Table showing Demonstração do Fluxo de Caixa.

7. Salários e Contribuições Sociais e Fiscais: Salários a pagar, INSS a recolher, FGTS a recolher.

Table showing Depreciação Acumulada for Equipamentos and Veículos.

Table showing Demonstração do Fluxo de Caixa.

8. Empréstimos e Financiamentos: Salários a pagar, INSS a recolher, FGTS a recolher.

Table showing Depreciação Acumulada for Equipamentos and Veículos.

Table showing Demonstração do Fluxo de Caixa.

9. Recursos de Convênios: Salários a pagar, INSS a recolher, FGTS a recolher.

Table showing Depreciação Acumulada for Equipamentos and Veículos.

Table showing Demonstração do Fluxo de Caixa.

10. Contas a Receber - Ativo Não Circulante: Mensalidades Negociadas - UNISO, Mensalidades Negociadas - UNISO.

Table showing Depreciação Acumulada for Equipamentos and Veículos.

Table showing Demonstração do Fluxo de Caixa.

11. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais: Receitas de convênios e convênios, Outras receitas sobre negociação.

Table showing Depreciação Acumulada for Equipamentos and Veículos.

Table showing Demonstração do Fluxo de Caixa.

12. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais: Receitas de convênios e convênios, Outras receitas sobre negociação.

Table showing Depreciação Acumulada for Equipamentos and Veículos.

Table showing Demonstração do Fluxo de Caixa.

13. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais: Receitas de convênios e convênios, Outras receitas sobre negociação.

Table showing Depreciação Acumulada for Equipamentos and Veículos.

Table showing Demonstração do Fluxo de Caixa.

14. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais: Receitas de convênios e convênios, Outras receitas sobre negociação.

Table showing Depreciação Acumulada for Equipamentos and Veículos.

Table showing Demonstração do Fluxo de Caixa.

15. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais: Receitas de convênios e convênios, Outras receitas sobre negociação.

Table showing Depreciação Acumulada for Equipamentos and Veículos.

Table showing Demonstração do Fluxo de Caixa.

mentos Financeiros: Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles. A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **18. Patrimônio Social:** O Estatuto da Entidade estabelece, como requisito, que os excedentes financeiros deverão ser aplicados integralmente na realização de seus objetivos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio social. **19. Cobertura de Seguros:** Os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Entidade para cobrir eventuais riscos e perdas sobre seus ativos. Os principais seguros mantidos pela entidade são de incêndio, raio e vendaval para as edificações no valor de cobertura no exercício de 2023, correspondente ao montante de R\$ 116.920 (Em 2022 - R\$ 116.920). **20. Outras Informações:** A Fundação Dom Aguirre é Entidade que goza de imunidade tributária nos termos da Constituição Federal de 1988, artigo 150, VI, alínea "c" e artigo 14 do Código Tributário Nacional; como também, frente às contribuições sociais (dentre elas a Cota Patronal-INSS), conforme artigo 195, §7 da CF/1988 c/c a Lei Complementar nº 187/2021 de 20 de dezembro de 2021. A certificação de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS) foi deferida pela Portaria nº 515 de 18 de dezembro de 2023, publicada no DOU - Seção 1 - ISSN 1677-7042 - Nº 240, terça-feira, 19 de dezembro de 2023. **21. Gratuidades e Descontos:** A Entidade demonstra contabilmente a aplicação dos requisitos de gratuidade, conforme art. 50 do decreto nº11.791/23. A nota explicativa nº 22 apresenta o percentual quantitativo da gratuidade, conforme determina a legislação vigente. **22. Educação Superior:** De acordo com o artigo 21 da Lei Complementar 187/2021, "as entidades que atuam na educação superior e que aderiram ao Programa Universidade para Todos (Prouni), na forma do caput do art. 11 da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, deverão atender às condições previstas no caput e nos §§ 1º, 2º e 5º do art. 20 desta Lei Complementar". Em conformidade com a disposição legal citada anteriormente, a FDA atendeu à distribuição de bolsas conforme a determinação legal. O quadro demonstrativo de distribuição das bolsas está apresentado na Nota Explicativa nº 22. **Educação Básica:** Em atendimento ao artigo 20 da Lei Complementar 187/2021, a entidade concedeu anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes. O quadro demonstrativo de distribuição das bolsas está apresentado na Nota Explicativa nº 22. **Demonstração da Gratuidade:** Evidenciando o cumprimento dos requisitos da legislação vigente, a Entidade colaciona abaixo quadro de gratuidades, nos termos regulados pelo Ministério da Educação (MEC):

Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023		Educação Superior (COM adesão ao PROUNI)	Educação Superior (SEM adesão ao PROUNI)
Total de alunos matriculados (a)	1.643	8.355	0
Alunos bolsa integral (Decreto 11.791/2023)	Io 217	51	0
Alunos bolsa integral e com deficiência (Decreto 11.791/2023)	Id 0	0	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Decreto 11.791/2023)	It 0	0	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Iprouni 0	1.364	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Decreto 11.791/2023)	Ipg 0	0	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I 217	1.415	0
Outras bolsas integrais (b)	198	260	0
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)	0	0	0
Alunos inadimplentes (d)	0	0	0
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N 1.445	8.095	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Decreto 11.791/2023)	Po 60	86	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Pprouni 0	0	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu)	Ppg 0	0	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Decreto 11.791/2023)	P 60	86	0
Número total de bolsas integrais equivalentes	B 247	1.458	0
Outras bolsas parciais	0	0	0
Cálculo dos benefícios complementares			
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A 1.643	8.355	0
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares	0	0	0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)	82	486	0
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo Bc	0	0	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo	Art. 13	Art. 13-A	Art. 13-B
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)	Atendido	Atendido	Não atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atendido	Atendido	Não atendido

O Balanço Patrimonial bem como suas Demonstrações de Resultado, Mutação do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa, foram aprovados em reunião do Conselho Fiscal em 20/03/2024, a., Graziela Ayres Eto Gimenez, José Elias de Mello Neto, Marcio Martins e Ricardo Aparecido Pimentel. E aprovados em reunião do Conselho Superior em 24/04/2024, a., Dom Julio Endi Akamine, Padre João Carlos Alampé, Rogério Augusto Profeta, Helenice de Barros, Carlos Alexandre de Mello e Sonia Onêbel Mercado Sparti. Como convidados estiveram presentes: Fernando de Sá Del Fiol - Secretário Executivo da Fundação Dom Aguirre, Dr. Etevaldo Queiroz Faria - Assessor Jurídico Externo, José Dini Filho - Presidente do Conselho Fiscal, Vanessa Gonzaga Fumes - Contadora da FDA e Presley José Godoy - auditor externo da FDA.

Sorocaba, 31/12/2023.
Assinam o presente balanço,
Vanessa Gonzaga Fumes – Contadora – CRC/SP 244059/O-0
Helenice de Barros – Administradora Geral
Dom Julio Endi Akamine - SAC - Presidente

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Os administradores da **FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE** - Sorocaba - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as even-

tuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. • Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2024.
SGS Auditores Independentes **Presley José Godoy**
CRC 2SP 020.277/O-5 **CRC 1SP 185.052/O-5**

